

**A REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES, NEGROS E LGBTQIA+ NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA****Patricia Velozo Vaz**Discente do Curso de Biblioteconomia.  
Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.  
patricia.furg67@gmail.com.**RESUMO**

Este estudo teve como objetivo analisar a representatividade de mulheres, negros e LGBTQIA+ na biblioteconomia brasileira, de modo que foi possível examinar a figura masculina, sempre obtendo mais reconhecimento em suas ações desde os primórdios da sociedade, sendo assim, colocados em destaque e ocultando a visibilidade de minorias. A pesquisa argumenta que a representatividade destas comunidades ainda é muito pequena e mesmo que a área seja predominante de mulheres, a invisibilidade ainda se faz presente, transmitindo a ideia de que representar estas pessoas é algo irrelevante, inviabilizando um maior protagonismo feminino, LGBTQIA+ e negro. Para cumprir com o proposto, realizou-se o levantamento de trabalhos que abordem a temática, sendo possível verificar nas considerações finais as respostas para os obstáculos, entretanto, é nítido a necessidade de um cuidado e oportunidades mais abrangentes com estas comunidades e para que assim, esta profissão possa conscientizar a escassez de representatividade e visibilidade, de modo que possam contribuir para o crescimento, mudança e mais oportunidades sejam capazes de emergir na biblioteconomia brasileira.

**Palavras-chave:** Representatividade. Minorias. Biblioteconomia.

**1 INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa buscou retratar o paradigma da representatividade e a atuação das minorias LGBTQIA+ e negros na área da Biblioteconomia, essas inquietações decorreram-se pelo motivo de que no Brasil existem estatísticas negativas em relação à educação e o acesso à informação, afetando nitidamente as comunidades sub-representadas (Sampaio; Lima, 2018, p. 35). Mesmo com o passar dos anos é possível analisar o mercado de trabalho como um ramo predominante do gênero masculino, assim, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a desigualdade entre homens e mulheres é de aproximadamente 26,5%.

A Biblioteconomia em seu campo de atuação tem como objetivo a exploração e investigação de relações sociais e, deste modo, a profissão manifesta problemáticas da sociedade e, historicamente, esta área do conhecimento é formada majoritariamente por mulheres (Muller; Martins, 2019. p. 93).

É necessário um olhar mais abrangente verificando conteúdos que abordem as representatividades, sejam elas mulheres, negros ou LGBTQIA+, construindo uma visibilidade e uma discussão mais ampla sobre este conteúdo. Devido às construções históricas as áreas com diálogo mais focado no campo social e humanidades são associadas a mulheres (Muller; Martins, 2019. p. 93).

A temática a respeito de função e gênero, podemos analisar empecilhos para mulheres com jornada dupla, ou seja, aquelas que estabelecem o papel de “mãe solo” precisando cuidar de seus filhos sem uma figura paterna e realizando tarefas domésticas, acarretando em dificuldades salariais e constantemente perda de seus serviços, pois há uma preferência imposta na sociedade por aqueles que não possuem a responsabilidade maternal, conseguindo se destacar sem outras preocupações que não envolvam seu atual emprego.

Ainda é possível destacar de acordo com Sampaio e Lima:

A provisão de acesso e a mediação da informação são importante insumo para a promoção da cidadania. Portanto, discutir o papel dessa disciplina em uma perspectiva social é discutir também a emancipação de comunidades marginalizadas, ou sub-representadas (2018, p.35).

Diante dessa lógica, este trabalho possui uma análise da presença masculina nos holofotes do ramo da Biblioteconomia, levando em consideração o número exorbitante de mulheres que se formam nesta área, se tratando de uma pesquisa com enfoque nas questões de raciais e de gêneros, entender estas representações é necessário para que futuramente possa haver entendimentos desse conhecimento, assim possam pensar, promover e principalmente executar ações de combate contra desigualdades tão exorbitantes (Sampaio; Lima, 2018, p. 42).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo do pressuposto de que é necessário a organização dos dados obtidos gerando uma categorização para que se possa elucidar o leitor e auxiliar na tomada de considerações sobre o tema referente será preciso construir um referencial teórico para fundamentar as categorias descritivas, sendo essencial à leitura e releitura do material obtido para que se consiga um domínio do conteúdo abordado para que, enfim, seja

descrito no referencial teórico (Gil, 2002, p. 134). Dessa forma, a seguir serão elencados e trabalhados os tópicos.

## 2.1 O surgimento do feminismo

O feminismo durante toda a sua história tem sido tratado de forma passiva e apática, acima de tudo no Brasil, recuperar essa história possui certa magnitude, de modo que suas conquistas ocorreram por meio luta e pressão de políticas intensas, portanto, suas vitórias foram conquistas fundamentais, passando a ter por exemplo, o direito ao voto (Domingues, 2020, p.136).

Acerca dessa lógica, o movimento feminista pode ser caracterizado como toda e qualquer ação política que tem como objetivo a mudança de condição social e a superação da submissão dos seus parceiros (Domingues, 2020, p. 134). De acordo com Silva, Carmo e Ramos:

A mulher era culturalmente, por uma visão patriarcal, confinada ao espaço privado, “do lar”, submissa plenamente à figura masculina, quer fosse seu genitor ou companheiro; e quando casada, era tratada como mero objeto de procriação, considerada como propriedade dos homens, aos quais tinha o dever de obediência e subordinação (2021, p. 102).

Diante dessa perspectiva, mulheres sofriam de opressão, exploração e até mesmo agressão, sendo assim, a partir do século XIX, houve o despertar das primeiras reivindicações de mulheres por seus direitos, tais momentos denominados de “as quatro ondas do feminismo”.

A primeira onda tem como objetivo a luta pelos direitos de igualdade com o sexo masculino, acreditando conseguir este feito por meio de uma relação mais simétrica dentro do conjúgio. É válido mencionar as mulheres trabalhadoras também sofriam com outras reivindicações, como as desigualdades salariais, que ocorriam dentro de indústrias, visto que o problema não está somente entre mulheres de classe média ou da elite, pois ainda que houvesse relutância diante a sociedade para rever os pensamentos e ações diante ao gênero feminino, este primeiro movimento serviu para compreender conforme Silva; Carmo; Ramos (2021, p. 107 ) “[...] a suposta inferioridade que se dava devido à educação ser diferente em relação aos homens”.

A segunda onda com o seu foco em 1960 até 1980, mesmo tendo conquistados alguns direitos, sua implementação deixou a desejar, visto que igualdades exigidas em papel, não ocorriam no cotidiano. Sendo assim, os movimentos feministas auxiliaram para que uma tomada de manifestação mais crítica para as mulheres, sobre condições de trabalho, salário digno, medidas de saúde e segurança, associações profissionais, partidos políticos, confrontando as discriminações sofridas pela questão de gênero (Silva; Carmo; Ramos *apud* Otto, 2004 ).

As delegacias femininas foram criadas em 1985, com o intuito de diminuir as vítimas de violência e agressividade de seus companheiros, nesse sentido, outras ações ganharam destaque como a anticoncepção, uma vez que, as escolhas de poder decidir a reprodução devem ser concedidas a mulher (Silva; Carmo; Ramos, 2021, p. 110). Nessa perspectiva, Silva; Carmo; Ramos (2021, p. 111) afirmam “[...] o movimento feminista conquistou os direitos sobre o seu corpo, fortalecendo valores através de lutas constantes que ensejaram em discussão e ampliação desse tema [...]”, podendo ser perceptível uma evolução entre a primeira e a segunda onda do feminismo.

Diante dessa perspectiva, a terceira onda do feminismo trouxe à tona diversas demandas específicas das mulheres, incluindo questões relacionadas ao movimento negro, movimentos homossexuais, lesbianismo e transexuais, entre outros (Silva; Carmo; Ramos, 2021, p. 111). O feminismo brasileiro experimentou avanços significativos com a instituição da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher em 2002, e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003, que buscaram promover políticas públicas para o atendimento das necessidades das mulheres (Silva; Carmo; Ramos, *apud* Miranda, 2015).

Portanto, é possível afirmar que atualmente, as mulheres desfrutam de liberdade de expressão, direito ao voto, participação ativa na política e ocupam cargos importantes em diferentes esferas, desafiando estereótipos de gênero. Elas conquistaram direitos sobre seus próprios corpos, como o direito de decidir sobre contracepção, esterilização e abortos previstos em lei, além de exercerem sua opção sexual. Esses avanços foram alcançados por meio de lutas contra discriminações, segregações e violência, enfrentadas em uma sociedade predominantemente machista (Silva; Carmo; Ramos, 2021, p. 112).

## 2.2 O movimento LGBTQIA+

O LGBTQIA+ é um movimento que surgiu no final do século XX, na Europa, que objetiva defender os Direitos dos Homossexuais, “tendo como principal bandeira a não criminalização da homossexualidade e a luta pelo total reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais.” (Oliveira, 2020, p. 02). É imprescindível que, através de debates referentes à sexualidade e a política e maneira de como elas estão ligadas, vem crescendo cada vez mais.

[...] Através dos meios de comunicação de massa, as assertivas de pronunciamentos políticos que envolvem a política da sexualidade, a jurisdição dos corpos, das práticas sexuais e o controle das experiências afetivo-sexuais. Nesse contexto, surge como forma de luta por direitos humanos, o denominado Movimento LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (Oliveira, 2020, p. 03).

Oliveira (2020, p. 02) relata que “a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou grande avanço na consolidação de direitos fundamentais de toda a sociedade”. Sendo assim, tais gêneros citados acima, não se diferem dos heterossexuais, pois também são cidadãos como qualquer outro, portanto, também têm direitos e deveres, os quais são constantemente trabalhados para serem garantidos em uma sociedade machista e preconceituosa.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948, reconhece o direito à liberdade e dignidade de cada indivíduo (Oliveira, 2020, p. 03). Contudo, a população LGBTQIA+ tem sido privada de muitos direitos devido aos preconceitos existentes na sociedade, de modo que compreender e acolher as diferenças é essencial para garantir que múltiplas características culturais e individuais, como a orientação sexual e identidade de gênero, sejam respeitadas igualmente perante a lei, visto que, pessoas LGBTQIA+ ocupam diversas posições sociais e profissionais, entretanto enfrentam preconceito e discriminação, o que as coloca em situações de desamparo (Oliveira, 2020, p. 03).

Diante desta perspectiva, em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) no Brasil removeu a homossexualidade da classificação de doenças, reconhecendo que ser homossexual não é uma condição patológica. Posteriormente, em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também removeu a homossexualidade de seus catálogos

médicos, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e o Código Internacional de Doenças (CID) (Oliveira, 2020, p. 05 *apud* MOTT, 2005; ABGLT, 2020). Apesar dos avanços nas políticas públicas para a inclusão de pessoas LGBTQIA+ no Brasil, ainda existem desafios significativos, como o histórico de preconceito e discriminação que não é superado facilmente, sendo o país com o ranking mundial mais alto de crimes motivados por homofobia ou transfobia (Oliveira, 2020, p. 06).

Embora a criminalização da LGBTFOBIA não seja uma solução completa para a discriminação, é vista como uma ferramenta importante para conquistar dignidade e segurança para esses indivíduos. Muitos ainda enfrentam agressões e assassinatos diariamente por demonstrarem afetividade ou viverem suas identidades de gênero de forma diferente do que é socialmente aceito. Dessa forma, é fundamental continuar lutando por uma sociedade mais inclusiva, igualitária e respeitosa, onde a diversidade sexual e de gênero seja plenamente reconhecida e valorizada, garantindo a dignidade e segurança de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero (Oliveira, 2020, p. 07).

### 2.3 O movimento negro

O movimento negro segundo Domingues (2007, p. 101) relate que:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (Domingues, 2007, p. 101).

Nessa perspectiva para o movimento negro, a "raça" e a identidade racial são utilizadas não apenas como elementos de mobilização, mas também como mediadores das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a "raça" é considerada o fator determinante para a organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, p. 102).

A primeira fase do movimento negro organizado na República apresenta um panorama histórico das ações e iniciativas do protesto no Brasil após a abolição da escravidão e durante o início da República. Após a abolição, a população negra enfrentou diversas formas de marginalização, tanto social como política e econômica.

Diante desse cenário, surgiram os primeiros movimentos de mobilização racial no país, que buscavam reverter esse quadro e reivindicar direitos e igualdade para esta população (Domingues, 2007, p. 103).

Esses movimentos se organizaram em diversas associações e grêmios em diferentes estados do Brasil, criando espaços de apoio mútuo, cultura, assistência e reivindicação de direitos, além disso, surgiram jornais e imprensa negra que denunciavam as discriminações sofridas pela população minoritária na sociedade brasileira (Domingues, 2007, p. 105). O movimento negro continuou a lutar pela afirmação racial e pela conquista de direitos e igualdade para a sua população ao longo da história brasileira, portanto, é válido destacar que o movimento negro no Brasil é diverso e multifacetado, abrangendo diferentes questões e perspectivas, e seu trabalho tem sido fundamental para promover a consciência racial, combater o racismo e promover a inclusão e a igualdade na sociedade brasileira.

A segunda fase do movimento negro, presenciou um período de violência e repressão política durante o Estado Novo, a discriminação racial permaneceu sendo um problema perseverante na sociedade, desta forma, impulsionando um aumento de protesto, sendo criada a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em Porto Alegre em 1943, que expandiu-se para diversos estados e municípios brasileiros (Domingues, 2007, p. 111). Outros grupos também surgiram e se articularam em diversos estados do Brasil, e a imprensa negra ganhou impulso com a publicação de diversos jornais de protesto. No entanto, mesmo com o crescente acúmulo de experiência, o movimento negro ficou isolado politicamente naquele momento e não recebeu apoio efetivo das forças políticas (Domingues, 2007, p. 111).

Sob essa ótica, a terceira fase do movimento negro, após o golpe militar de 1964 representou uma derrota temporária para esta luta política, levando ao seu enfraquecimento, com seus militantes sendo estigmatizados e acusados de criar um empecilho sobre o racismo que, segundo os militares, não existia. Durante esse período, o movimento negro entrou em uma espécie de "semiclandestinidade" devido à repressão e desmobilização das lideranças negras, tornando a discussão pública racial praticamente banida (Domingues, 2007, p. 111).

Assim, esta organização só voltou a se reestruturar e ganhar força em 1978, com o

Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que posteriormente passou a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU). Essa reestruturação foi um marco histórico, pois buscou unificar a luta anti-racista em âmbito nacional e enfatizou a combinação da luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade (Domingues, 2007, p. 112).

Para finalizar, o movimento negro contemporâneo se caracteriza por sua dinamicidade e elaboração constante de estratégias de luta pela integração do negro e pelo combate ao racismo enfatizando a luta desta que não pode ser ignorado e deve ser manter nos holofotes das pesquisas sobre movimentos sociais no país (Domingues, 2007, p. 122).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao utilizar o assunto “A representatividade de mulheres, negros e LGBTQIA+ na biblioteconomia” este artigo pretende revisar, por meio de levantamento bibliográfico, textos que abordam assuntos sobre a visibilidade destas comunidades, além de auxiliar para um aporte mais dinâmico sobre o profissional da informação. A metodologia descreve como a pesquisa será realizada, é através dela que nos é dito quais métodos serão aplicados com o objetivo de gerar dados para o andamento da mesma, ou seja, nos dirá qual caminho tomar ou qual abordagem realizar. Sendo assim, “método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. [...]” (Silva; Menezes, 2001, p. 25).

Com relação a população estudada para esta pesquisa, pode-se dizer que é a representatividade de mulheres, negros e LGBTQIA+, dentro de uma perspectiva de estudo bibliográfico, sobre o viés da biblioteconomia brasileira. Partindo desse pressuposto, a seguir, será especificado os métodos de classificação utilizados que tornaram essa pesquisa científica e auxiliaram a alcançar os objetivos propostos. Utilizando como base Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa pode ser considerada básica, uma vez que ela “[...] objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. Portanto, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, visto que os dados a respeito dos

assuntos relacionados, possui a análise em diferentes ângulos e aspectos. Constantemente foram usadas, formas de pesquisa, a bibliográfica e estudo de caso. (Prodanov; Freitas, 2013).

Referente a abordagem da pesquisa, ela é qualitativa, posto que “[...] é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico, etc. [...]” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 34). Em sua abordagem, ainda é possível mencionar o método hipotético-dedutivo, o qual “[...] inicia-se com a formulação de um problema e com sua descrição clara e precisa, a fim de facilitar a obtenção de um modelo simplificado e a identificação de outros conhecimentos e instrumentos, relevantes ao problema, [...]” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 32).

Os métodos utilizados como base, nessa pesquisa, foram utilizados dois: o observacional, sendo o mais utilizado nas pesquisas científicas, porém, “ele pode ser considerado tanto o mais impreciso quanto possui um alto grau de precisão nas ciências sociais”. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 37). E o monográfico., “[...] visa a examinar o tema selecionado de modo a observar todos os fatores que o influenciam, analisando-o em todos os seus aspectos” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 39). É possível mencionar que a pesquisa usa como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica, “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet” (Silva; Menezes, 2001, p 21).

De acordo com Gill (2002, p. 49) as técnicas de coleta de dados:

A principal reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muitos dispersos pelo espaço.

Portanto, a escolha acerca deste assunto, possibilitou uma pesquisa para o debate em prol do conhecimento que tratem da temática e conseqüentemente obtenção de informações relevantes, que foram utilizadas para gerar um embasamento no desenvolvimento do estudo.

Sendo assim, o artigo foi produzido a partir da revisão bibliográfica, utilizando materiais já confeccionados. “Para obter êxito neste processo, obtivemos muita paciência e persistência” (Silva, 2005, p. 35), de modo que para a realização desta pesquisa, os

artigos utilizados e disponíveis na base de dados SCIELO - *Brasil Scientific Electronic Library Online* e Google acadêmico, visou-se encontrar textos referentes aos assuntos baseados na comunidade LGBTQIA+, negra e mulheres na Biblioteconomia.

Foram analisados artigos para que chegasse ao refinamento mais dinâmico e fundamentado, abordando temas distintos, usando palavras-chave como “representatividade de mulheres, negros e lgbtqia+ na biblioteconomia”. A partir desse contexto, foram recuperados 18.500 trabalhos com o tema: “a representatividade de negros na biblioteconomia” e mais 32.600, com a denominação: “mulheres na biblioteconomia” e por fim: “LGBTQIA+ na biblioteconomia” com 556 resultados. Sendo assim, no total foram selecionados 51.656 sendo descartados 51.641, restando apenas quinze. A partir desses critérios foram escolhidos dois artigos, sendo os autores Muller; Martins, Souza e Sampaio; Lima.

#### 4 RESULTADOS

A área de Biblioteconomia, segundo Muller; Martins (2019, p. 100) relata que

Ainda que as mulheres sejam a maioria na Biblioteconomia, elas permanecem sem o destaque quando se trata de ocupação em processos políticos, alcançando o bibliotecário um destaque muito maior que sugeriria a sua representatividade de somente 18% da totalidade de profissionais no país.

O reconhecimento muitas das vezes são direcionados ao gênero masculino, de modo que, mesmo obtendo resultados iguais ou melhores, as mulheres enfrentam um cenário em que precisam se esforçar mais para alcançar o mesmo objetivo. As orientações quando repassadas sob o cargo de uma figura feminina, poderia não ser levada a sério, evidenciando a persistência de estereótipos de gênero (Muller; Martins, 2019, p. 107).

O tema da sexualidade, se mostra presente quando homens cis homossexuais recebem tratamento e valorização profissional superior ao das mulheres. Essa diferença, se deve ao fato de que os homens homossexuais, mesmo enfrentando homofobia, ainda são favorecidos quando se encaixam em estereótipos considerados masculinos. Desse modo, as narrativas mostram uma lógica de empatia entre as minorias políticas, mas também evidenciam um nivelamento de privilégios relativos, em que alguns grupos ainda

possuem vantagens em relação a outros (Muller; Martins, 2019, p. 108).

Nesse viés, a representatividade negra na área da Biblioteconomia, desempenha um papel importante na promoção da diversidade e igualdade étnico-racial, para que se construa profissionais e pesquisadores competentes, podendo atuar como mediadores do conhecimento, proporcionando acesso à informação e promovendo o saber de valores étnico-raciais. O profissional bibliotecário, pode atuar de forma ativa na promoção da diversidade cultural e na luta contra o racismo, disponibilizando materiais bibliográficos que abordem temas relacionados à história e cultura do negro no Brasil, garantindo assim que essas informações sejam acessíveis a todos os públicos (Souza, 2022, p. 14).

A ciência da informação, assim como as bibliotecas e os profissionais bibliotecários, possui um papel essencial na disseminação do conhecimento e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao valorizar e promover a cultura afrodescendente, essas instituições podem contribuir para a superação das desigualdades raciais e para a construção de uma identidade nacional mais inclusiva e representativa (Souza, 2022, p. 14).

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo de característica de natureza básica, com o objetivo de gerar conhecimentos novos, indica-se como exploratório, visto que obteve mais informações e dados a respeito do tema abordado e caracterizou-se também como qualitativa, devido a um contexto fora do social, político e econômico, causando a dependência da realidade. Nesta pesquisa bibliográfica, a qual é desenvolvida por meio de materiais já publicados, tais como livros, artigos, periódicos, internet, entre outros, buscou a constante análise de destacar uma falta de interlocução entre o gênero, o feminismo e a Biblioteconomia, tanto em termos de formação acadêmica quanto na produção e atuação profissional na área.

Essa postura ideológica pode impactar diretamente no debate sobre questões de gênero, feminismo e representatividade em espaços de poder, visto que as mulheres ainda enfrentam desafios significativos para se engajarem na política e ocuparem cargos de representação, tanto na sociedade em geral quanto na Biblioteconomia.

É necessário transformar a biblioteca em um espaço transformador que promova o fortalecimento e o reconhecimento da cultura e história da população afro-brasileira, a história do feminismo e também da comunidade LGBTQIA+, pois acredita-se que a biblioteca possui o poder de contribuir com a luta destas minorias, fortalecendo a diversidade cultural e informacional na sociedade. Essa pesquisa ressalta a relevância e a necessidade de abordar estas temáticas na formação e atuação dos bibliotecários, a fim de promover uma sociedade mais igualitária e inclusiva, valorizando a diversidade.

Conclui-se que é necessário um espaço maior de discussão e inserção dessas temáticas tanto na formação acadêmica quanto na atuação profissional em Biblioteconomia. O debate deve incluir estudos de gênero e perspectivas feministas, para que a profissão possa ser repensada e transformada em direção a uma atuação mais igualitária e inclusiva, superando práticas machistas e se tornando, de fato, uma profissão mais representativa. Sendo assim, é necessário um esforço coletivo e um compromisso contínuo com a promoção da diversidade seja ela de gênero ou etnia na área de Biblioteconomia.

## REFERÊNCIAS

DA SILVA, Joasey Pollyanna Andrade; DO CARMO, Valter Moura; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/7948/pdf> Acesso em: 05 abr. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&la> Acesso em: 20 jul. 2023.

DOMINGUES, Sana Gimenes Alvarenga. UMA BREVE HISTÓRIA DO SURGIMENTO DO FEMINISMO NO BRASIL. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos-ISSN: 1980-7570**, v. 5, n. 1, p. 134-143, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uniflu.edu.br:8088/seer/ojs-3.0.2/index.php/direito/article/view/139/64> Acesos em: 10 maio 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Editora ATLAS S. A., 2002. 176 p. ISBN 85-224-3169-8. Disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_a\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf) Acesso em: 29 abr. 2023.

MULLER, Luciana Kramer Pereira; MARTINS, Carlos Wellington Soares. UMA PROFISSÃO FEMININA, MAS NÃO FEMINISTA? Representatividade de gênero na gestão dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia no Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 92-111, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1363/1173> Acesso em: 27 abr. 2023.

OLIVEIRA, Wanderley Gomes de. A HISTORICIDADE DO MOVIMENTO LGBTQIA+: OS DIREITOS SEXUAIS E A DISCUSSÃO SOBRE CIDADANIA. **Conedu VII Congresso Nacional de Educação**, Maceió, AL, 9 p., 15-17 de outubro de 2020. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA11\\_ID4593\\_07082020173849.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA11_ID4593_07082020173849.pdf) Acesso em: 29 abr. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: UNIVERSIDADE FEEVALE, 2013. 276 p. ISBN 978-85-7717-158-3. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> Acesso em: 05 maio, 2023.

SAMPAIO, Denise Braga; DE LIMA, Izabel França. Lugar de fala, representações e representatividade de mulheres e LGBTQ+ na Biblioteconomia a partir das ações extensionistas e de pesquisa no Brasil. **Folha de Rosto**, v. 4, n. Especial, p. 34-49, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/361/311> Acesso em: 27 jun. 2023.

SILVA, Edna Lúcia. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4º ed. Florianópolis: UFSC, 2005. p.138. Disponível em: [https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024\\_Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes1.pdf](https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf) Acesso em: 05 maio, 2023.

SILVA, E. L. D; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis, SC, 2001. 121 p. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf> Acesso em: 05 maio. 2023.

SOUZA, Mirele da Costa. **A biblioteconomia negra no Brasil: levantamento bibliográfico na área da ciência da informação**. 2022. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16281/2/Mirele\\_Costa\\_Souza.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16281/2/Mirele_Costa_Souza.pdf) Acesso em: 18 jul. 2023.